

Malan faz seu balanço do real

GAZETA MERCANTIL

15 JUN 1995

Elogia Arida e cobra responsabilidade do Legislativo, do Judiciário e da imprensa

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, no discurso de posse de Gustavo Loyola na presidência do Banco Central, salientou, como sempre, que está em curso um "processo" e não um plano de estabilização da economia. Alongou-se ao tratar do papel do funcionalismo público, da imprensa, do Legislativo e do Judiciário. E não hesitou em momento algum em elogiar Pêrsio Arida.

"O Real está prestes a completar um ano de existência. Quando se o compara com as experiências passadas de estabilização — Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II —, todos eles, ao chegar no seu décimo segundo mês de existência, como estamos agora com o Real, eram apenas uma ... e sofrida lembrança daquilo que poderiam ter sido em termos de estabilização. Mesmo no de mais longa duração entre eles, o Cruzado, no décimo segundo mês de existência, a taxa de inflação era praticamente equivalente àquela que prevalecia no mês imediatamente anterior a sua implementação. No caso do Real, nos cinco primeiros meses de 1995, temos uma inflação acumulada, média dos três índices mais usados pelo mercado (IGPM, IPC-r e FIPE), de 8,0%. É a mais baixa que este País experimentou para os primeiros cinco meses do ano, desde 1973. Na verdade só tivemos taxas mais baixas do que essa, para os primeiros cinco meses do ano, nos últimos trinta e cinco anos — em 1960, 1969, 1970, 72 e 73. Essa taxa, por exemplo, 8%, em cinco meses era a taxa que nós acumulávamos em cinco dias de inflação em junho de 1994. A cesta básica custa hoje 5 a 6% menos do que custava, em termos nominais e absolutos em 1º de julho de 1994. Como os salários nominais aumentaram em trinta e tantos por cento — o salário mínimo aumentou em quarenta e tantos por cento nesse período —, isso significa um expressivo aumento do poder de compra dos trabalhadores sobre os bens que constituem a cesta básica do trabalhador, que, diga-se de passagem não é coletada pelo governo, mas pelo PROCON em colaboração com órgão dos sindicatos de trabalhadores, que é o DIEESE. Queria chamar a atenção para o fato de que este comportamento da inflação foi alcançado sem congelamentos, confiscos, quebras de contratos e sem recessão. A economia brasileira cresceu 5,7% em termos reais, no ano passado. A indústria e a agricultura, mais de 7%. Fizemos uma safra agrícola recorde no ano passado e este crescimento não se abateu; pelo contrário, o crescimento do PIB da economia brasileira no primeiro trimestre de 1995 em relação ao primeiro trimestre de 1994 foi de 10,5% em termos reais, o da indústria 15,5%, e o das vendas 28,5%. Em qualquer país sério do mundo há uma clara percepção de que taxas de crescimento nesta magnitude não são sustentáveis ao longo do tempo sem levar a duas coisas: expectativa de aceleração de preços e aumento da inflação e, segundo, o desequilíbrio do balanço de pagamentos na medida em que importações sobem excessivamente para atender uma demanda cuja expansão não é atendida pela oferta doméstica, ainda que esta esteja em expansão.

Tomamos sim medidas significativas que estão tendo já o seu efeito, como Dr. Loyola citou, em termos de redução para taxas mais sustentáveis de crescimento compatíveis com a taxa de crescimento da produção doméstica. E a função do governo, aqui como em qualquer país do mundo, é acompanhar esse desenrolar e tomar medidas pertinentes seja para flexibilizar, quando for o caso — quando houver consolidada a percepção de que estamos numa trajetória sustentada de crescimento —, seja para apertar mais, quando a percepção for ao contrário.

No momento, como notou o Loyola, a direção é possivelmente, à luz dos indicadores presentes, no sentido de uma gradual e segura flexibilização, mas que não será feita de forma abrupta, irresponsável, porque temos um compromisso maior que é com a estabilização macroeconômica, com a sustentação da inflação baixa neste país, com o crescimento sustentado, não com objetivos que se esgotam em si mesmos.

Tenho dito que há países miseráveis no mundo que têm inflação próxima de zero. Seriam muito mais miseráveis se a inflação fosse alta, há países que têm uma taxa de crescimento razoável e que têm normas mazelas sociais não atacadas. O objetivo da inflação baixa,

em caráter permanente — e do crescimento sustentado e não uma bolha de crescimento que se esvai num surto inflacionário e desequilíbrio de balanço de pagamentos —, tem como proposta maior permitir que o país possa tratar de forma madura, responsável, e não de forma demagógica e irresponsável, aquilo que realmente importa e que vai definir aquilo que seremos ou não seremos no futuro como economia e como sociedade, que é tratar das nossas enormes mazelas e desequilíbrios sociais. Tentar fazê-lo sem preocupação com a inflação e sem preocupação com o crescimento sustentado é mais uma vez incorrer num engodo ou permitir, tentar transmitir, um engodo à maioria da população brasileira. Infelizmente ainda temos entre nós — neste país, os anos em que nós tivemos a inflação anual inferior a 19% foram apenas 1972 e 1973 e nos últimos quarenta anos de inflação inferior a 15% foram apenas os anos de 1955 e 1957 — uma cultura inflacionária neste país, uma cultura da indexação. Criamos nossa contribuição ao gênero humano, além do homo sapiens, do homo faver e do homo economicus criamos o homo indexadus. O que precisamos é de uma mudança não só econômica, financeira, política ou institucional, mas também cultural.

O processo, como disse Loyola, é uma longa e árdua jornada. Infelizmente neste país temos aquela expectativa do homem providencial, de alguém que tudo sabe e que a um determinado momento chegará e resolverá a questão de uma vez por todas. Quanto mais rápido deixemos de lado para o próprio fortalecimento da democracia neste país, essa ideia de uma figura providencial que tudo sabe, tudo pode e que é capaz não só de definir as grandes linhas, mas também os detalhes operacionais da sua implementação, do alto da sua sapiência, é melhor para o processo de construção e consolidação da democracia e da reforma. É um processo lento e exige paciência, persistência, perseverança, determinação e sentido de direção de proposta. Um sentido que espero não nos falte, como não nos faltou ao longo dos últimos dois anos, sob a orientação e a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, na verdade, foi eleito para isso.

O que a esmagadora maioria da população espera da Administração Fernando Henrique Cardoso, a meu juízo, é exatamente isso: o controle da inflação, o crescimento sustentado e um ataque sério aos nossos vergonhosos desequilíbrios sociais. Mas fazê-lo sem a preocupação com a inflação e sem a preocupação com o crescimento sustentado é mais uma vez incorrer no engano em que há aquela mão generosa que dá ganhos nominais. Mas existe uma outra mão insidiosa que retira os ganhos nominais através da inflação, através da redução real das remunerações. Infelizmente, devo dizer, temos ainda forte neste país o partido da inflação, o partido da moeda fraca, uma grande frente ampla contra o Erário Público, que na verdade é uma frente autofágica. Porque o Erário Público somos nós. O governo não gera recursos. O governo transfere recursos, apenas. Existe infelizmente uma demanda que incide sobre o governo federal como se ele tudo pudesse e a ele toda a responsabilidade coubesse pela resolução de problemas que se acumularam ao longo de décadas neste país, cuja solução não depende apenas do Executivo. Depende do Executivo, do Legislativo, ao qual quero render a minha homenagem, aqui, pelas votações recentes que contribuirão para a modernização deste país, do Judiciário, da sociedade em geral, da opinião pública e da imprensa. A ideia de que é possível sim, que não estamos condenados ao fracasso, não é porque experiências anteriores de estabilização fracassaram que estamos condenados a fracassar. Recusamo-nos a aceitar esse argumento que infelizmente, ainda existe — "sempre deu errado, por que dará certo desta vez?"

Esta é uma aposta que o Presidente tem chamado, citando os riscos da "fraccassomania", que estamos condenados a não dar certo como país e como sociedade que acho que é a pior coisa que pode acontecer a um país como sociedade — não ter um mínimo de auto-estima, de confiança em si mesmo e de aposta no seu futuro. Queria dizer isto de introdução, apenas para expressar a minha confiança de que é difícil o caminho, não estamos empenhados numa corrida de cem metros rasos, mas como disse o deputado Antônio Kandir, numa maratona, talvez uma maratona de obstáculos, que demandará tempo e que é preciso persistência e determinação, que espero que não nos falte, como não nos têm faltado até

o momento. Mas isso depende de apoio.

Isso era a título de introdução, que gostaria de dizer, expressar minha confiança de que o trabalho do Executivo com o Congresso, com o Judiciário, com a tentativa de explicar à sociedade em termos relativamente simples o que está em questão, o que no fundo é o futuro do país como economia e como sociedade, possa seguir adiante. Acho que isso envolve as reformas da Constituição, estas e aquelas que estaremos apresentando em breve na área fiscal, dispêndio e administração pública e tributária, envolve o programa de redução do custo Brasil do qual não nos afastaremos, embora saibamos que não é fácil. Não temos alternativa se não reduzir o custo de produção de bens e serviços no Brasil, em relação ao custo de produção de bens e serviços em outros países.

Vamos prosseguir nessa trajetória, sabendo que não há mágica, não há pirueta mas que a direção é esta que devemos caminhar. Eu não queria falar demais sobre economia, já o fiz demais em outras oportunidades. Eu queria aproveitar esta ocasião, aqui, que eu encaro com certo pesar, porque Pêrsio sabe muito bem, amigos que somos há mais de quinze anos, o quanto eu lamentei a sua decisão pessoal de deixar o governo. Aqui sabemos todos que, dentre as pessoas, se eu tivesse que singularizar umas duas ou três que desempenharam, desde meados de 1993, um papel-chave na concepção, no desenho, na implementação, no rumo do real, o Pêrsio estaria entre o primeiro e o segundo lugar desta lista. Pêrsio é um dos mais brilhantes economistas deste país, e me refiro a gerações passadas, presentes, e talvez futuras. É digno de admiração e respeito por parte de todos que o conhecem e, espero, por parte daqueles que ainda não tiveram o privilégio de conviver com ele, seja na atividade profissional, seja como ser humano, o Pêrsio é absolutamente sem par. É com um certo pesar que eu compareço a esta cerimônia de despedida do Pêrsio.

O pesar é um pouco compensado com o fato de que Gustavo Loyola, servidor público exemplar, na verdade era o nome que Pêrsio e eu havíamos convidado, na virada do ano, para que fosse presidente do Banco Central terá à sua frente um profissional da mais alta competência, servidor público exemplar, e totalmente identificado — pelo teor do seu discurso, que vocês acabaram de ouvir — com o programa de estabilização e com o governo Fernando Henrique Cardoso e seu projeto para o País. Mas eu queria aproveitar a oportunidade, já que a tenho, para propor uma reflexão em torno desta mudança e em torno da postura que assumimos hoje no Brasil em relação a questões que confrontam aqueles que optaram por trilhar o serviço público; seja que ainda transitoriamente vindos do setor privado, seja como servidores de carreira que são.

O exercício de algumas funções públicas e principalmente aquelas que mais atraem o escrutínio e a curiosidade, traz consigo, inevitavelmente, renúncias e provações. Não me refiro a sacrifícios de natureza financeira, embora estas tantas vezes existam, e desvessem a meu ver servir ao menos como indicadores de um certo grau de abnegação de certos homens públicos. Refiro-me, sobretudo, à renúncia à vida privada, ao convívio familiar, aos hábitos pessoais. Refiro-me à condição de estar permanentemente exposto ao questionamento que frequentemente confunde o ofício, que é público, com o agente, que é um ser humano precário como qualquer outro. Entre nós, essa privação infelizmente tem com frequência se constituído numa provação às vezes rigorosa. Isso acontece a partir do momento em são desvirtuadas as linhas que separam a esfera pública da esfera privada. A partir do momento em que se embaça a distinção entre aquilo que é legitimamente de interesse público e aquilo que é a individualidade e a privacidade de cada um. A invasão da esfera privada é tanto mais danosa e grave quando vem acompanhada de uma determinada postura que, infelizmente, às vezes se manifesta, partindo do pressuposto de que o servidor público é, quase que por definição, alguém sem alternativas, relativamente despreparado, potencialmente desonesto, e às vezes, tudo simultaneamente. Uma imagem profundamente equivocada do servidor público deste país, mas que infelizmente às vezes se instaura entre nós.

Estamos, a meu juízo, em boa hora para parar e perguntar sobre o tipo de convívio social que queremos para nós, como sociedade, sobre o tipo de exame e exposição a que queremos expor o servidor público

e seus diversos escalões. A experiência comparada mostra que a cada sociedade cabe moldar, com base em suas peculiaridades históricas, culturais e sociais, a forma como é pautado o relacionamento entre homens públicos e a opinião pública, o grau, a natureza da satisfação que deve ser dada por aquele que exerce o ofício público, ao Parlamento, à imprensa, a outros indivíduos e, em última análise, à sociedade em geral. No caso do Brasil, quer-me parecer que este padrão de comportamento e de relacionamento ainda está sendo forjado. Daí, a importância, a meu juízo, da reflexão sobre o tema. Saímos, pouco tempo faz, de um ambiente político onde a pluralidade de opiniões e de interesses não podia manifestar-se livremente, nem direta nem indiretamente através dos seus canais formais que são os parlamentos, e os informais, que são os meios de comunicação e as mais diversas formas de organização social. Este ambiente sufocou a expressão de nossa complexidade social e reprimiu a liberdade de expressão. Esta liberdade está já há algum tempo superada e estamos vivendo uma infância, quando muito uma adolescência de uma democracia agora em processo de formação. Daí a importância do momento para a definição de nossos padrões de comportamento e das nossas regras de convivência. Naquilo que diz respeito ao escrutínio da vida do homem público e de suas ações, esta definição passa por algumas escolhas. A opção, por um lado, entre um ceticismo saudável, calcado na crítica e na investigação, e o cinismo, muitas vezes sem fronteiras e desprovido de compromisso com a comprovação prévia dos fatos. A opção entre o escrutínio criterioso da esfera pública e o resguardo da esfera privada, por um lado, e por outro lado a promiscuidade entre ambas, promiscuidade esta que é um sinônimo de desrespeito à vida privada e à individualidade de cada ser humano. A responsabilidade da tarefa de definir a natureza da crítica é enorme, e enormemente ampliada pelo fato de que se trata de exercício sem controle externo. A definição do perfil, da natureza, do grau da crítica e da investigação, constitui um exercício de autocontrole. O Parlamento é soberano para investigar, a imprensa é livre para perquirir, cada cidadão e cada associação são, dentro dos limites da lei, livres para perscrutar a atuação do homem público. A tentação da liberdade, do poder sem limites é grande. Deixar-se levar pela crítica ligeira, irresponsável, é fácil. O difícil é adotar uma postura crítica, independente e responsável. Questionar a própria crítica. O grande desafio consiste em exercer a tarefa com responsabilidade, sem resvalar para o denunciismo fácil, sem perder de vista a distinção entre a

matéria de interesse público e as intrigas de bastidores, entre a matéria que informa e o boato que predispõe. Da postura adotada dependerá o perfil de sociedade que seremos ser. Em última análise, do corpo de servidores públicos que teremos. Trata-se de decidir se queremos estar fadados ao atraso, conformados com o fatalismo e a vergonha de termos um corpo de servidores tido como inadequado às necessidades do País, porque esta imagem com frequência se vende e acaba prevalecendo em algumas áreas. Como disse Millor Fernandes, uma vez "a opinião pública é aquilo que se publica". Ou se, contrário, poderemos ter um corpo de servidores públicos do qual possamos, como nação, nos orgulhar. Moderno, bem remunerado, reciclado, informado, qualificado, ilustrado, competente, sincronizado com o que há de mais moderno e eficiente e estável.

No contexto desta Casa onde hoje reassume o dr. Gustavo Loyola, as regras que regerão a estabilidade de sua presidência e diretoria espero, em breve, que sejam definidas por meio de lei específica a ser aprovada pelo Congresso Nacional, como reflexo daquilo que deseja a sociedade. Pessoalmente, acredito muito e aposto mesmo na possibilidade de um funcionalismo do qual possamos nos orgulhar. O que me leva a esta crença é a experiência de quase trinta anos de serviço público, onde me deparei, sobretudo, com pessoas extremamente competentes e dispostas a contribuir com o serviço público, como Pêrsio Arida, que ora sai, e Gustavo Loyola, que ora retorna. Acredito na possibilidade de um funcionalismo respeitável e respeitado. Respeitado por si mesmo, com auto-estima. Respeitado pelos outros, dentro e fora do País. Esta é uma precondição, a meu ver, para nós afirmarmos como nação moderna e um pilar central da modernização do Estado, que é um desafio funda-

mental do momento. Conforme já disse em outra ocasião, repetindo as palavras de Antonio Gramsci, precisamos ser céticos no pensar mas otimistas no agir. Em última instância, trata-se de escolher, para nós, entre resignarmos-nos num conformismo derrotista, com o atraso, ou forjar, através do respeito àqueles que se dispõem a trabalhar pelo bem público, as condições para termos um serviço público do qual possamos nos orgulhar. Pessoalmente, aposto na segunda alternativa e faço este apelo motivado por convicção pessoal e íntima que tenho o privilégio de externar, com grande amplitude, na qualidade de ministro da Fazenda, àqueles que têm a tarefa honrosa de fiscalizar, denunciar e informar. Tarefa esta que é, também, inegável poder. O apelo é para que desempenhem seu papel com responsabilidade, espírito público, sem perder de vista o objetivo maior, que é o compromisso com a sociedade como um todo. Eu gostaria de concluir com uma resposta que eu dei a duas perguntas que me foram formuladas por uma revista chamada Imprensa, que endereçou as duas perguntas a todos os ministros de Estado no início deste governo. As respostas não foram publicadas, e é por isso que vou me permitir lê-las aqui, agora, e a razão que me disseram era que, apesar de as perguntas terem sido endereçadas a todos os ministros, apenas três as haviam respondido e, portanto, o projeto editorial foi considerado um tanto quanto prejudicado. Mas a resposta eu a escrevi pessoalmente e portanto gostaria de lê-la aqui, à guisa de conclusão desta já longa intervenção. As perguntas que me foram dirigidas pela revista Imprensa foram as seguintes: primeiro, a imprensa brasileira é democrática ou não? segundo, o que pode ser feito para melhorá-la?

A primeira resposta foi a seguinte, e leio o que escrevi e enviei à revista em janeiro deste ano: não tenho a menor dúvida de que a imprensa brasileira é democrática. E mais: que desempenhou um papel absolutamente indispensável no próprio processo de lenta e gradual abertura política que o País experimentou desde os primórdios ainda nos anos 70. Hoje, acho que a imprensa brasileira ainda continua, corretamente, a insistir no bom combate que é pela maior eficácia e transparência na gestão da coisa pública, e, principalmente, contra certas formas indebitas de apropriação do Estado por interesses corporativistas, públicos e privados, que por vezes tomam de assalto o Erário Público. Conheço a qualidade da imprensa, de dezenas de países, ricos e pobres, e a qualidade da imprensa brasileira, no que ela tem de melhor, não fica a dever a nenhum outro país. Da mesma forma, os bons jornalistas brasileiros, que são muitos, são tão bons quanto os bons jornalistas estrangeiros, que ainda têm a desvantagem de não poder ler Machado de Assis, Eça de Queiroz, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa no original.

A segunda pergunta da revista — o que pode ser feito para melhorá-la? — minha resposta foi a seguinte: creio que tudo na vida, seja em relação a pessoas, empresas, instituições ou países, é sempre possível melhorar. Longe de mim pretender dar conselhos aos especialistas da área, ou àqueles que por dever de ofício refletem ou deveriam refletir sobre a sua própria atividade cotidiana. Porém, se a revista me permite uma sugestão: por que não dar continuidade ao debate que iniciaram recentemente José Serra, Clóvis Rossi, Luiz Nassif na Folha de S. Paulo, Fernando Pedreira no Estado de S. Paulo, Zuenir Ventura no Globo, e nas contribuições ao espaço aberto recentemente pelo Jornal do Brasil — isto estou adicionando agora — sobre o papel da imprensa no momento atual. Que momento é este? Volto a ler a resposta à pergunta da revista: é um momento marcado pelo início de um governo legitimamente eleito por ampla maioria, um governo que foi eleito com base em um programa em andamento, que tem quatro anos pela frente e que não se propõe a ações espetaculares, jogadas de marketing, pacotes salvadores, súbitos sobressaltos e radicais guinadas de rumo. Um governo que insiste na necessidade de paciência, perseverança, persistência, determinação e mudanças graduais com sentido de direção e de propósito, de resto já claramente sinalizadas: estabilização macroeconômica, controle da inflação, crescimento sustentado, e principalmente, um ataque sério e responsável aos nossos desequilíbrios sociais à pobreza e à miséria neste país. A imprensa brasileira — continuo com minha resposta — sem descurar de suas responsabilidades maiores, já mencionadas acima, poderia desempenhar um papel de extraordinário interesse público

se contribuísse para ajudar o leitor sério, que é a esmagadora maioria, a entender melhor esse processo — sublinhado na resposta original — processo de mudança, nas várias áreas em que este terá que se desdobrar. Terminou aqui a resposta. Se eu tivesse continuando hoje, eu diria, citando artigos recentes, deixando de lado aquilo que Eduardo Gianetti, no melhor artigo que se escreveu neste país sobre a saída de Arida, chamou de "macroeconomia do boato", aquilo que Fernando Pedreira chamou de "jornalismo da dissidência", aquilo que Marcos Sá Correa chamou de "a malversação da irreverência", em suma, menos espaço ao bochicho, à fofoca, ao alarido do momento, às plantações de notícias que por vezes servem aos propósitos escusos de alguns operadores, à politização descabida de diferenças que são legítimas, saudáveis, e que ocorrem em qualquer país do mundo, entre segundo, terceiro e quarto escalão de equipes de governo. É natural que seja assim, mas aqui são rapidamente transformadas em contravérsias de natureza política, quando em verdade são questões de natureza técnico-operacional e que é importante que sejam discutidas como tal.

Em suma, apenas para caminhar para a conclusão, a questão que eu acho particularmente que eu gostaria que fosse mais seriamente discutida entre nós é a seguinte: Por que é tão difícil atrair para o governo, e eu me refiro aqui a Brasília, economistas do calibre de um Edmar Bacha, de um André Lara Resende, de um Pêrsio Arida, de um Francisco Pinto, entre vários outros, porque eu não quero citar aqui nomes de vários economistas de escola, que pessoalmente, a pedido de vários ministros da Fazenda, eu tentei convencer a trabalhar no setor público. E é difícil, acreditem. Acho que valeria a pena pensar nas razões desta dificuldade. Alguém pode dizer: Bom mas vocês conseguiram atrair afinal de contas o Bacha veio para o governo, o Pêrsio, o André, Chico Pinto, e tantos outros. A pergunta relevante é a seguinte: Por que é tão difícil reter no serviço público pessoas com estas características ou pessoas com características semelhantes? E não é uma indagação trivial. Exige uma reflexão profunda, e que há maneira, como notou em artigo brilhante Eduardo Gianetti, de compatibilizar aquilo que aparece como antagônico: a esfera do privado e a esfera do público. Há razões de natureza estritamente pessoal, sim. Mas por trás do pessoal, há razões mais profundas, que nós deveríamos aprofundar, e que nós dizemos respeito a pequenas querelas e boatos sobre as razões imediatas que teriam levado a decisões que têm uma expressão mais funda. E para não me referir apenas a pessoas de fora do governo, existe uma pergunta relevante também que é: Por que servidores públicos exemplares, e eu peço perdão aqui porque a lista seria muito longa, mas, quero dar alguns exemplos como Gustavo Loyola, Luis Carlos Sturzenegger, Murilo Portugal, Pedro Parente, Everardo Maciel, Claudio Mauch, seria longa a lista e eu não quero cometer mais injustiças a não citá-los, mas é importante também perguntar por que servidores públicos exemplares não merecem o respeito público que eu acho que em outros países os servidores públicos exemplares recebem da sociedade como um todo. Eu acho que é uma questão, uma indagação que merece ser aprofundada e espero que possamos fazê-la ao longo dos próximos dias, semanas, meses e anos.

Eu acabei me estendendo em demasia, queria só concluir aqui expressando minha total e absoluta confiança em Gustavo Loyola à frente do Banco Central, na sua capacidade de integração ao programa de estabilização e objetivos do governo e mais uma vez, repetir aquilo que eu disse desde o primeiro momento, fui eu que insisti com o Pêrsio, que, para eu aceitar o Ministério da Fazenda, ele teria que aceitar a presidência do Banco Central, e desde o início disse que Pêrsio gozava, goza hoje, e gozará sempre da mais ampla, geral, irrestrita, total e absoluta confiança minha e estou seguro, do presidente da República, e de todos os membros da chamada equipe econômica que com ele conviveram ao longo dos últimos anos. O Brasil ainda terá muito que ouvir de Pêrsio no futuro, como ouviu dele no passado e no presente. Peço desculpas por ter-me estendido demais, peço desculpas pelo tom um tanto pessoal do desafo, digamos assim. As questões são importantes para definir nossas regras de convivência, em particular, entre o público e o privado neste país. Agradeço a atenção com que me ouviram e muito obrigado.